



Perfis computacionais e ambigüidades da vigilância: um estudo sobre os perfis nos sistemas de recomendação¹

Liliane da Costa NASCIMENTO²
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo: Este artigo endereça as ambigüidades da vigilância contemporânea através da análise da construção e do uso da tecnologia dos perfis para o caso específico dos sistemas de recomendação. Partindo de um estudo do código e das características da vigilância no contexto digital, nosso objetivo é realizar apontamentos sobre as práticas de construção da subjetividade, benefícios e riscos disponíveis aos internautas neste contexto específico.

Palavras-Chave: vigilância; perfis computacionais; sistemas de recomendação; redes sociais.

Introdução

Você liga o seu computador, cotidianamente. Checa sua caixa de e-mails – que não pára de crescer – e observa que o *banner* no topo da página insiste em lhe recomendar produtos de uma determinada marca pela qual você procurou há alguns dias, usando o seu buscador favorito. Enquanto isso, em uma outra janela, você confere um de seus perfis nas redes sociais das quais participa para ver se recebeu algum recado novo, ou se ganhou algum amigo nas últimas horas. Alguém lhe mandou um *scrap* sobre uma oportunidade de emprego e você achou interessante. Navegando pela página, você olha para o seu perfil e vê que algo não lhe soa muito bem; resolve então atualizá-lo. Aproveitando a oportunidade, você olha as atualizações recentes dos seus amigos, visíveis em sua própria página. Descobre quem mudou de cidade, quem se apaixonou por um novo livro ou filme, quem mudou de rotina, e coisas do tipo. Neste mesmo intervalo, você detém os olhos nas miniaturas das fotos que aparecem na atualização do perfil de uma amiga. Parecem ser de uma festa de aniversário. Você clica, vê as fotos, e

¹ Trabalho apresentado no NP Tecnologia da Informação e da Comunicação do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em “Comunicação e Cultura” na linha “Novas Tecnologias e Estéticas” do PPGCOM/ECO/UFRJ e bolsista CAPES, email: cnasmp@yahoo.com.br.



passeia pelo perfil desta pessoa, lendo o que ela escreveu sobre sua própria vida e sobre como ela se sente em relação a si própria. Depois disso tudo, você decide que é hora de resolver coisas mais urgentes. Acessa o site de uma livraria e faz um pedido. Abaixo, a lista de recomendações traz algumas novidades que você não pode deixar de considerar. Você clica, e confere.

Esta pequena descrição, tão representativa da maneira como cada um de nós utiliza a internet, ilustra bem a assertiva de que a vigilância deixou há tempos de ser privilégio exclusivo de burocracias estatais bem equipadas para se tornar uma atividade cotidiana. Em qualquer navegação na rede, mesmo no desempenho das atividades mais corriqueiras e habituais, informações sobre você são publicadas, de acordo com sua vontade e consentimento. E por outro lado, neste mesmo percurso, informações sobre você são armazenadas, sem que você saiba por quem ou porque isto ocorre. Assim, este artigo se endereça ao estudo das características da vigilância que emerge no ciberespaço. Partimos do pressuposto de que há uma profunda imbricação entre as dimensões de utilidade, interação, entretenimento, controle e construção da identidade nas práticas vigilantes existentes no ciberespaço. A partir de um estudo da relação entre o código, sua linguagem, e os dispositivos vigilantes, exploramos a configuração dos perfis e estudamos suas especificidades para o caso particular dos sistemas de recomendação. Assim, nos perguntamos: como esses processos de modelagem do comportamento humano – que são, em suma, processos de classificação e também de produção da identidade – atuam na construção das subjetividades contemporâneas? O que há de intervenção sobre as ações e escolhas dos indivíduos, e de que maneira elas estão associadas há benefícios no acesso e no uso das redes informacionais?

O código, sua linguagem e algumas contradições

Uma perspectiva que considera os aspectos técnicos da comunicação em rede como fatores que atuam de maneira exclusiva no processo que molda o alcance social destes meios pode ser acusada de recair facilmente na armadilha do mero determinismo tecnológico. Por outro lado, ignorar as características, relações e contradições estabelecidas neste processo seria empobrecer o debate sobre as possibilidades de uso, as interações e as formas de controle colocadas em jogo com a inserção das novas tecnologias na sociedade e no mercado. Seja no que diz respeito às suas características mais tangíveis, seja no que aponta para uma certa lógica e um imaginário próprios ao



nosso ambiente tecnologizado, devemos reconhecer certos pontos de contato entre as características deste novo meio e dos fenômenos que nele encontram seu lugar.

Em um primeiro momento, o padrão digital próprio às redes de computadores potencializou características inerentes aos dispositivos vigilantes: a facilidade da produção e a exatidão da reprodução de conteúdos, o armazenamento permanente e ampliado a limites praticamente infinitos, a transmissão em tempo-real e, sobretudo, a possibilidade inédita de tratamento e recuperação da informação inserida nessas redes. Além disso, agora, o dispositivo vigilante não é mais independente e exterior aos fluxos monitorados. Se na sociedade disciplinar, as acumulações documentais que arquivavam dados sobre as performances e competências dos indivíduos nas diversas instituições pelas quais passavam consistiam de arquivos produzidos paralelamente aos diversos sistemas de avaliação aos quais eram submetidos, hoje, o dispositivo vigilante e o aparato comunicacional não podem mais ser dissociados. Toda informação que circula na rede (ela própria um grande aglomerado de arquivos dispostos em servidores dispersos ao redor do mundo) é traduzida em linhas de código que podem ser facilmente armazenados, transportados, tratados para gerar novos arquivos, novos dados segundo finalidades determinadas por qualquer um que a eles tenha acesso. Tarefas como gravar *logs* de acesso em um servidor, ou mesmo aquelas mais complexas que incluem o monitoramento e análise de rede, executadas pelos *sniffers*³, são importantes inclusive para se assegurar o bom funcionamento da internet. Assim, misturadas às rotinas de segurança, ou servindo a objetivos específicos, as práticas vigilantes proliferam e como ressalta Poster (1999), a existência de informações secretas e exclusivas se torna praticamente uma utopia neste contexto.

As características do código e de sua linguagem, naturalmente, podem fornecer algumas explicações e, em outros casos, valiosos *insights* sobre a vigilância na era das novas tecnologias. O código é uma linguagem formal, em suma, uma forma de classificação. Qualquer software, a despeito do código de que ele se utilize, é um conjunto de instruções denominadas algoritmos, estruturadas e precisas o suficiente para serem executadas por uma máquina. Diferente de uma receita de bolo, ou de qualquer outra formalização que descreva as etapas da execução de uma tarefa, os códigos computacionais possuem uma particularidade: eles são, ao mesmo tempo, uma

³ Os *sniffers* são programas capazes de interceptar e armazenar o fluxo de uma rede ou sub-rede. *Sniffers* comerciais – amplamente disponíveis no mercado – atuam como ferramentas que permitem realizar diagnósticos do fluxo de dados em uma rede.



descrição, uma classificação, um esboço e uma execução. “A programação de computadores reúne em uma só, ao que parece, a segunda e a terceira das três etapas de um conceito, a notação do conceito e a sua execução⁴”.

Neste sentido, Arns (2005), considera que o código é uma linguagem performativa. Partindo do princípio de que a linguagem não se limita apenas à sua função referencial ou descritiva, ele destaca que, muitas vezes, um enunciado possui como dimensão inerente e predominante uma ação, e não apenas uma intenção. Considere, por exemplo, um veredito. Ao ser proferido por um juiz, ele instaura uma nova ordem: algumas palavras cometem fatos, e isso também é verdadeiro para o caso do código, uma linguagem executável, e que só faz sentido quando é executada, subsidiando a existência do ambiente cujas regras ele formalizou. E como ressalta Arns (2005), esta performatividade não deve ser entendida meramente em seu sentido técnico. Uma vez que um software ou um ambiente web tenha sido codificado e executado, ele passa a existir, carregando as funcionalidades para ele planejadas e instaurando como realidade efetiva os seus objetivos e potencialidades de uso.

Quando eu falo da performatividade do código, eu quero dizer que esta performatividade não deve ser entendida como sendo puramente técnica, i.e., ela não acontece apenas no contexto de um sistema técnico fechado, mas possui implicações estéticas, políticas e sociais. Códigos de programação são caracterizados pelo fato de que aqui, “dizer” coincide com “fazer”. (...) Esta performatividade do código possui conseqüências imediatas e políticas em espaços atuais e virtuais (dentre outros, a internet), para os quais estamos cada vez mais nos direcionando e vivendo: isso significa, em última instância, que esta performatividade do código mobiliza ou imobiliza seus usuários.⁵

Assim, temos que, tomado em seu sentido literal, o código, de acordo com as discussões de Lessig (2006), pode ser tomado como a regra que regula um determinado espaço. Assim, nos termos do autor, uma maior regulação da internet – regulação esta que depende da identificação das pessoas, do que elas estão fazendo, e de onde elas podem ser encontradas – acontece através das regras e das leis, ou seja, do código que regulamenta um determinado espaço. E por outro lado, o código, entendido agora em

⁴ Tradução nossa para: “Computer programming collapses, as it seems, the second and third of the three steps of concept, concept notation and execution”. CRAMER, Florian: 2002, online.

⁵ Tradução nossa para: “When I speak of the performativity of code, I mean that this performativity is not to be understood as a purely technical performativity, ie, it does not only happen in the context of a closed technical system, but affects the realm of the aesthetic, political and social. Program code is characterised by the fact that here “saying” coincides with “doing”. (...) This “coded performativity” has immediate and political consequences on the actual and virtual spaces (amongst others, the internet), in which we are increasingly moving and living: it means, ultimately, that this coded performativity *mobilises or immobilizes* its users”. ARNS, Inke: 2005, p. 7.



seu sentido técnico, carrega, através das funcionalidades que permite, as regras traçadas de acordo com os objetivos de cada espaço. Neste sentido, se em sua estrutura e arquitetura originais, a internet dificultava o controle e a localização dos indivíduos, presenciamos, hoje, o surgimento acelerado de novas formas, tecnologias e espaços de controle. E dando um passo adiante, elas permitem diversos e complexos graus de vigilância dos indivíduos sem que isso signifique incomodá-los, identificá-los ou imputá-los por coisas funestas como crimes cibernéticos ou operações ilegais. A lógica do controle envolve os indivíduos em estratégias prazerosas, inclusivas, amplamente disponíveis e úteis a todos os que delas podem usufruir. E todos querem integrar esses novos ciclos de consumo, interação e civilidade.

Outro aspecto que deve ser considerado é a facilidade de se operar dados uma vez que eles tenham sido digitalizados. O código atua, em suma, como um tradutor universal: uma vez que informações das mais diversas naturezas tenham sido digitalmente representadas, realizar uma infinidade de operações se torna rápido, fácil e possível. Assim, presenciamos a construção de sistemas fluidos e altamente interligados. Como afirmam Haggerty e Ericsson (2000), trata-se da convergência de dispositivos outrora descontínuos, configurando o que eles denominam “agenciamento vigilante”. Operando através do estabelecimento de conexões diversas capazes de integrar diferentes mídias, tecnologias e práticas, a vigilância contemporânea mescla o poder das burocracias estatais, o desejo de controle, a busca pela segurança e a esfera do entretenimento. Ao invés de buscar a docilidade disciplinar dos corpos, ela opera através da quebra dos fluxos comunicacionais que emanam do corpo (seja ele individual, coletivo, biológico ou social) e de sua recomposição para propostas de observação que visam o desenvolvimento de estratégias comerciais, de governo e controle.

A emergência das comunicações em rede reconfigura também o papel desempenhado pela informação no seio do sistema capitalista. Como pontua Poster (1999), a digitalização dissociou textos, imagens e vídeos não apenas das coerções espaço-temporais a que outrora estiveram submetidos, mas, também, do custo material de sua reprodução analógica. A imaterialidade veio acompanhada também de uma lógica marcada pelo excesso, e trouxe consigo um novo problema no que tange à geração do valor. Se o sistema capitalista depende da escassez para gerar valor, na rede, instaura-se um paradoxo: o valor depende da livre circulação, o que se opõe radicalmente à noção de propriedade. Longe de querer explorar aqui toda a amplitude



desta questão, pontuamos apenas que, se neste contexto, deter a propriedade da informação se torna cada vez mais difícil para o sistema capitalista, dentre as inúmeras desvantagens deste processo, há também uma vantagem aparente: para os internautas, da mesma maneira, manter a propriedade sobre suas informações pessoais vem se tornando algo cada vez mais impossível. Pense novamente na sua caixa de e-mails e na decisão recente de grandes provedores como o *Yahoo!* e o *Google* de explodir os limites de armazenamento das contas pessoais sem nenhum custo adicional aos seus usuários. Como ressalta Lessig (2006), a única coisa realmente difícil de se fazer em uma conta do *Gmail* é deletar mensagens – sua arquitetura não permite que várias mensagens sejam apagadas de uma só vez, o que faz com que você mantenha cada vez mais dados pessoais nos servidores da companhia⁶. Esta lógica se repete com frequência. O que nos parece é que dados pessoais têm se afirmado como a contrapartida da gratuidade: uma espécie de cobrança simbólica, paga com informações sobre quem você é, do que você gosta, o que você pensa e consome, está invisivelmente embutida como condição de uso aos inúmeros sítios e serviços de acesso gratuito que são oferecidos aos internautas.

O que parece é que na era da sociedade industrial a relação do capitalismo com a linguagem exigia uma certa combinação complexa através da qual a linguagem só poderia ser reproduzida se ela fosse transformada em pesadas, inertes formas de matéria que o capitalismo era especialmente projetado para controlar. Uma vez que este arranjo foi desmantelado pelos dispositivos de comunicação eletrônica, o capitalismo perdeu sua habilidade de controlar a linguagem e isto aconteceu ao mesmo tempo em que ele se tornou dependente da linguagem no processo de produção (ciência), consumo (anúncios publicitários) e controle (pesquisas de marketing, teoria dos sistemas, cibernética, teoria dos jogos, etc)⁷.

Por fim, como nos lembra Manovich (2007), ainda que a discussão sobre as novas mídias enfatize prioritariamente aspectos como a interatividade, a comunicação em rede e a pluralidade de códigos presentes na linguagem multimídia, um dos conceitos mais fundamentais relacionados ao computador digital é o da computação propriamente dita. Como ressalta o autor, além das interfaces gráficas, dos bancos de dados e do ciberespaço, a visualização dinâmica de dados desponta como mais uma

⁶ Cf. LESSIG, Lawrence: 2006, p. 206.

⁷ Tradução nossa para: “It appears that during the epoch of industrial society the relationship of capitalism to language required a certain complex combination by which language could only be reproduced if it was transformed into heavy, inert shapes of matter that capitalism was preeminently designed to control. Once this arrangement was broken by electronically mediated communication devices, capitalism lost its ability to control language and it did so at the same moment that it became dependent upon language in the process of production (science), consumption (advertising) and control (market research, systems theory, cybernetics, game theory, etc.)”. POSTER, Mark: 1999, p. 74-5.



realidade possibilitada pela ciência da computação⁸. Empregando métodos variados, que vão da estatística clássica ao *data mining*, os computadores possibilitaram mapear conjuntos mais complexos de dados, alimentados em tempo real. Esta ampliação do poder de cálculo dessas máquinas, que veio acompanhada de novos paradigmas nas ciências puras e aplicadas contemporâneas, parece estar agora emprestando suas virtudes de processamento, visualização e mapeamento de dados a aspectos que antes pareciam bem menos afeiçoados à formalizações, como o comportamento humano, suas preferências, tendências e interesses.

A vigilância contemporânea: contornos e especificidades

Não há uniformidade no discurso ou nas formas de vigilância vigentes em nossa sociedade: não se trata de relativismo, mas de assumir que os contornos deste fenômeno são marcados por regiões de ambigüidades e hibridismos que articulam perigos e prazeres em potencial, como é próprio das estratégias de controle contemporâneas. De modo geral, a vigilância pode ser entendida como “a atenção sistemática aos detalhes pessoais, visando gerenciar e influenciar os grupos envolvidos⁹”. Já a vigilância digital pode ser definida como “o processo através do qual alguma forma de atividade humana é analisada por um computador de acordo com alguma regra específica¹⁰”. Dentre as inúmeras definições possíveis, alguns aspectos merecem destaque no tratamento do tema: de um lado, a privacidade; de outro, as técnicas de classificação e gerenciamento de indivíduos e grupos, que associam a vigilância a uma questão de justiça social; e por fim, as estratégias de construção da subjetividade envolvidas nas práticas de exposição de si e da vigilância participativa no ambiente das redes. Na prática, indissociáveis, esses aspectos, juntamente com as forças que agenciam e colocam em jogo, são alguns dos componentes que atuam na configuração de um dispositivo vigilante.

Para esclarecer melhor estas nuances, consideramos a diferenciação proposta por Lessig (2006) entre a privacidade nos espaços privados e nos espaços públicos. Segundo o autor, a privacidade nos espaços privados, de natureza legal, pode ser associada ao

⁸ Como nos coloca Manovich, a visualização de dados diz respeito a situações em que informações que por natureza não são visuais – como o fluxo de dados na internet, o funcionamento dos mercados financeiros, etc. – são convertidas em imagem. Assim, os computadores são máquinas que facilitam a conversão de uma representação em outra a partir de técnicas de mapeamento, processo facilitado pela representação digital de informações de diferentes naturezas em uma linguagem comum: a do código.

⁹ LYON, David: 2003, p. 16.

¹⁰ LESSIG, Lawrence: 2006, p. 209.



direito de ser deixado só. Ela é complementada por barreiras físicas que delimitam o seu espaço, sua propriedade (ninguém entrará em sua casa para espionar documentos seus). Por outro lado, nos espaços públicos, nada impede que o seu comportamento seja observado. O que até bem pouco tempo atrás garantia a privacidade nestes espaços era simplesmente a impossibilidade técnica de se construir sistemas capazes de se produzir registros capazes de organizar e tratar essa imensa de massa de informações de maneira rápida e eficiente. Assim, no que tange à vigilância nos espaços públicos, o autor diferencia monitoramento e busca. Segundo ele, somos monitorados enquanto andamos na rua, por exemplo – podemos ser notados ou não; mas, sobretudo, podemos ser (e frequentemente somos) esquecidos logo em seguida, pois o único registro proveniente desta ação é aquele que fica na mente das pessoas que cruzam meu caminho. Por outro lado, o que pode ser buscado é aquela parte das nossas vidas que está gravada, como ocorre facilmente com nossas ações no ciberespaço. Esses dados podem ser re-aceessados, tratados, e assim por diante¹¹.

Assim, podemos deduzir das assertivas de Lessig (2006) que três diferenças fundamentais se destacam no estabelecimento das práticas contemporâneas da vigilância. Antes, as informações monitoradas, ainda que existissem em algum lugar (mesmo que este lugar fosse a mente de uma pessoa) não podiam ser extraídas com facilidade, sem muito esforço e principalmente, sem custos. Hoje, na internet, temos um mundo imediatamente palpável, tangível, manipulável, reconhecível, formado por arquivos, textos, linhas de códigos e pacotes trafegando segundo protocolos conhecidos. Como veremos a seguir, formatar tecnologias para o reconhecimento e o tratamento de dados neste ambiente não é uma tarefa difícil. Além disso, na rede, o monitoramento pode ser realizado de maneira invisível, sem incômodo algum aos usuários. Teoricamente, é como se um homem invisível pudesse adentrar sua casa sem que você sequer o notasse; ou então, que você soubesse que iria receber a visita deste homem invisível, mas não se importasse, já que, efetivamente, é impossível saber quando, como ou mesmo se ele efetivamente o visitou. E por último, destacamos que, na prática, esta invisibilidade é tecnologicamente subsidiada. E, dando um passo adiante, elas se valem da mediação tecnológica para argumentar que não há invasão de privacidade, afinal de contas, que perigo haveria no fato de máquinas lêem meus e-mails ou monitoram meus dados pessoais? Afinal, elas não são inteligentes, não possuem opiniões ou sentimentos.

¹¹ Cf. LESSIG, Lawrence: 2006, p. 202.



Assim, vale ressaltar que, como nos coloca Bruno (2008), as medidas tomadas em prol da defesa privacidade, freqüentemente, permitem que ela seja tranqüilamente violada. Trata-se de uma retórica cruel, que nos estimula e nos faz acreditar em uma segurança ilusória - cujos possíveis danos seriam insignificantes perto dos benefícios envolvidos no uso dos serviços gratuitamente oferecidos. Desta forma, se na sociedade disciplinar a lógica do panóptico nos dizia de uma vigilância indecidível, que internalizava a adequação da conduta à norma pela impossibilidade de se atestar a presença ou a ausência da vigilância, hoje há, em certa medida, uma incitação à idéia de que, ainda que o olhar vigilante seja impreciso, sutil e indecidível, ele não é o censor que pode lhe punir, mas uma ferramenta que promete ser lhe respeitar e, sobretudo, lhe ajudar.

Perfis e seus métodos: medição, classificação e predição da conduta humana

Ainda que os aspectos técnicos da comunicação em rede possam nos fornecer pistas sobre a proliferação e a atuação dos dispositivos vigilantes no ciberespaço, a vigilância contemporânea não pode ser considerada mero fruto da tecnologia. Antes de mais nada, cabe pontuar que ela é intimamente associada à esfera do risco, e que, segundo Lyon (2004), ela se dirige aos riscos e, por outro lado, cria outros riscos¹². A emergência da sociedade de risco diz respeito a um mundo globalizado, no qual os perigos se potencializaram e no qual os indivíduos, sem o respaldo do estado de bem estar social, assumem para si a tarefa de atingir a felicidade e o sucesso (Beck, 1992; Douglas, 1992). Neste cenário, a ciência foi eleita como forma através da qual os indivíduos devem medir os limites do que é seguro, de modo correr riscos sem colocar os outros em risco. Assim, a cisão entre leigos e especialistas – na base dos cálculos que guiam a prevenção do crime, que certificam nossos produtos, orientam nossa alimentação e acabam assim por determinar nossos comportamentos – marca a entrada da ciência e o afastamento da política tradicional dos processos através dos quais se legisla acerca do permitido e proibido, ou melhor, do que é ou não recomendável segundo o risco que lhe é cientificamente atribuído. E naturalmente, o cálculo do risco exige a coleta de dados pessoais.

Higgs (2001) afirma que, no contexto do surgimento do estado informacional britânico, por volta de 1500, a vigilância tinha como objetivo fortalecer o poder do

¹² LYON, David: 2004, p.137.



estado em relação a outros estados, e não era vista prioritariamente como um mecanismo de controle social¹³. Neste sentido, “o censo e o registro civil ajudaram a criar grupos de direitos restritos, mas ao mesmo tempo, criaram meios para o controle social¹⁴”. Hacking (1990), se referindo à proliferação e ao aumento vertiginoso das informações coletadas no censo americano, destaca uma importante questão subjacente ao acúmulo informacional: os dados precisam ser tratados e classificados para dar visibilidade aos padrões e prognósticos neles contidos. Neste sentido, o autor afirma que “a enumeração requer categorização, e que definir novas classes de pessoas para novas propostas da estatística tem conseqüências para os modos através dos quais concebemos os outros e pensamos acerca de nossas próprias possibilidades e potencialidades¹⁵”. Assim, explicitada a íntima relação da vigilância com as técnicas estatísticas de mineração e tratamento de dados, que permitiram retirar os julgamentos e as decisões da esfera da política, e alocá-los sob a pretensa segurança da computação e do cálculo. Essa objetividade probabilística está na base de um processo que subsidia, hoje, a tabulação de nossos desejos, prazeres, vícios e medos, como veremos a seguir.

A vigilância hoje está associada à formação de extensivas bases de dados que acumulam informações categorizadas sobre os indivíduos. Bruno (2006), explica que os bancos de dados que compõem os dispositivos vigilantes se situam em nível infra-individual, uma vez que eles não armazenam informações sobre pessoas imediatamente identificáveis, mas sobre grupos e populações segundo categorias específicas. Lyon (2004) esclarece que esse bancos de dados são usados para a classificação social, para o estabelecimento de categorias que se colocarão como precursoras de um tratamento diferenciado.

Toda classificação é um mecanismo de visibilidade. Geoffrey e Star (1999) explicitam que, por vezes, a compreensão das implicações morais de um determinado sistema de classificação depende de ferramentas que permitam ver o invisível. Há aqui uma suposição de que toda categorização valoriza alguns aspectos e silencia outros. Por um lado, a classificação pode estar associada a um poder que legitima e institucionaliza uma prática. Como contrapartida, a vigilância se torna possível. Por outro lado, na

¹³ Cf. HIGGS, Edward: 2001. Apud LYON, David: 2004, p.136.

¹⁴ Tradução nossa para: “The census and civil registration helped to create sets of circumscribed rights but at the same time, it has to be said, provided the means for social control, if circumstances seemed to require or invite it”. LYON, David: 2004, p.136.

¹⁵ Tradução nossa para: “I claim that enumeration requires categorization, and that defining new classes of people for the purposes of statistics has consequences for the ways in which we conceive of others and think of our own possibilities and potentialities.” HACKING, Ian: 1990, p. 6.



interação humana cotidiana, as classificações mais eficientes são justamente aquelas que alcançam esta pretensa invisibilidade. No entanto, para qualquer caso, essas políticas de representação encerram escolhas e possuem conseqüências que devem ser consideradas. “Para qualquer indivíduo, grupo ou situação, classificações e padrões conferem vantagem ou conferem sofrimento. Empregos são ganhos e são perdidos; algumas regiões são beneficiadas em detrimento de outras¹⁶”.

No caso da vigilância, seus procedimentos de classificação se voltam, basicamente, à consideração do comportamento humano. Cabe ressaltar que este processo é marcado por uma certa superficialidade diagnóstica: nele, os dados visados – coletados e tratados – são aqueles que registram aspectos mais evidentes e formalizáveis do comportamento humano, o que implica assumir que a vigilância contemporânea não endereça o indivíduo em sua toda a sua complexidade psicológica. Ao contrário, ela visa capturar o instante presente, os atos manifestos, as atitudes mais imediatas. Em seu dispositivo, ela articula os bancos de dados aos chamados perfis computacionais (*profiles*), aos quais Poster (1990) se refere como sendo nossos duplos digitais no ciberespaço, nossas identidades multiplicadas, que podem vir a existir sem que sequer tomemos conhecimento de tal fato. Em suma, os perfis são instâncias derivadas do tratamento das informações armazenadas nos bancos de dados que passam a validar uma nova saída de dados. Isso significa que um perfil é, em suma, a criação de um modelo que visa analisar a pertinência ou a semelhança de um indivíduo ou comportamento a um grupo ou padrão em especial. Assim, podemos descrever sua instauração em duas etapas: a) a coleta de dados para a construção de um modelo computacional – seja baseado em uma investigação manual de dados de uma população específica (por exemplo, terroristas de uma determinada organização presos em um determinado período de tempo) ou com base em uma população de treino (para adequação dos parâmetros do algoritmo); b) fase de validação, em que há a submissão de dados coletados de indivíduos particulares ao modelo criado.

Na prática, esses perfis se tornam, como salienta Bogard¹⁷, verdadeiras tecnologias de observação antes do fato. O que eles fornecem, através de suas análises, são prognósticos, antevisões capazes de instaurar realidades possíveis a partir de sua projeção. Desta forma, o perfil não é verdadeiro nem falso: ele é da ordem da

¹⁶ Tradução nossa para: “For any individual, group or situation, classification and standards give advantage or the give suffering. Jobs are made and lost; some regions benefit at the expense of others.” BOWKER, Geoffrey C; STAR, Susan Leigh: 1999, p. 7.

¹⁷ Cf. BOGARD, William: 1996, p. 27.



simulação. E assim como o código, sua lógica é performativa: através de um achatamento temporal, ele transforma o presente a partir da efetivação transformadora daquilo que ele enuncia. Trata-se de intervindo no campo das possíveis atualizações presentes a partir da conjectura de um futuro imaginável.

Sistemas de recomendação

Os sistemas de recomendação podem ser incluídos ao lado de uma recente gama de tecnologias que prometem usar dados pessoais para a formação de bases de dados de interesses que subsidiem a personalização do conteúdo a ser direcionado a um determinado internauta a partir do cálculo matemático de proximidade entre pessoas, produtos e comportamentos. Esta é, em geral, a idéia que agrega todos os chamados *push-based systems*. O foco, naturalmente, tem recaído sobre a personalização dos anúncios publicitários e, no caso dos sistemas de recomendação, na personalização de indicações de produtos.

Visando fornecer a informação certa para as pessoas certas, *push-based systems* contam com perfis que indicam tipos gerais de informações (mas não necessariamente itens de dados específicos) que um usuário está interessado em receber. Para os usuários, os perfis são formas de adquirir passivamente informações relevantes. Um usuário pode submeter um perfil a um *push-based system* e, uma vez que ele tenha feito isto, pode então continuamente receber itens que são relevantes para ele ou para ela de uma maneira personalizada e na hora certa. Do ponto de vista do sistema, os perfis desempenham papel similar àquele das consultas a bancos de dados ou dos *information retrieval systems*; na realidade, os perfis são uma maneira de executar buscas continuamente.¹⁸

Segundo Linden (2003), no caso da amazon.com, tomado como estudo de caso desta seção, o processo utilizado para a construção do seu sistema é o *item to item collaborative filtering*. Ele é baseado é uma matriz de similaridade entre todos itens da livraria, medida a partir de todos os *ratings* e compras dos usuários. Feito isto, então, para cada busca, o sistema se torna capaz de recomendar todos os itens similares ao item buscado. Para a modelagem mais apurada do gosto, o sistema permite que você exclua o que não é interessante para o ele, ou seja, o que também não é interessante para você: marcar compras como presente (“*as gift*”) ou excluir registros de buscas feitos por outros ou aqueles que não correspondem ao seu campo de interesse.

¹⁸ ÇENTIMENTEL, U. et al: 2000, online.



Há aqui uma interessante interpenetração das dimensões do individual e do coletivo: os padrões construídos coletivamente pelos registros de todos os usuários da livraria retornarão influenciando as compras de qualquer um que se utilize do site. Em outras palavras, a colaboração em massa é cooptada para fins comerciais. Aqui, o subtexto do “colabore por favor” pode ser o “e me ajude a aumentar as vendas da minha livraria, se possível”.

Por conseguinte, esta condição instaura um contexto ambíguo: há, por um lado, os benefícios oferecidos pelo sistema e pode haver, até mesmo, o desejo de colaborar na organização da massa informacional que compõe a rede, ajudando as pessoas a encontrarem, neste caso, os produtos que lhe são úteis. Esta ambigüidade está presente no que Albrechtslund (2008) formaliza como vigilância participativa, caracterizada pela ausência de uma hierarquia definida, que colocaria os vigias em uma posição favorável em relação aos vigiados. Afirmamos que, neste contexto, e em grande parte das estratégias de vigilância existentes na rede, há algum benefício imediato envolvido, de modo que a vigilância se coloca estrategicamente como contrapartida de uma interação desejada. Neste sentido, seria possível dizer, como afirma o autor, que haveria uma vigilância que atua em favor da pessoa desejada, como no caso específico dos sistemas de recomendação. No entanto, tal afirmação não pode ser feita com segurança. A ambigüidade da vigilância diz respeito, sobretudo, a um contexto de predominante indecidibilidade, que se aplica inclusive ao destino dos dados monitorados. Afinal, se tecnicamente as estruturas do código permitem praticamente tudo, que garantias podem ser confiáveis em tal contexto?

Aqui, a função do perfil é uma forma de fazer buscas continuadas; sua tarefa é fazer com o produto certo seja recomendado à pessoa certa. Assim, essas instâncias subsidiam a construção de uma hierarquia da visibilidade para os produtos baseando-se em uma hierarquia do gosto dos usuários. Neste processo, os consumidores são incitados a interagir com o sistema, mas seu comportamento não é direcionado a nenhum padrão específico: ele apenas deve ser ele mesmo e manifestar seus padrões de gosto. Aqui, a sua participação no fornecimento de dados ao sistema é parte voluntária, parte involuntária: qualquer compra é computada imediatamente, mas o uso das ferramentas disponíveis no próprio sistema (*ratings*, exclusão de buscas e marcação de presentes) fica a critério do internauta. A vantagem prometida em troca desta interação é revestida de uma utilidade real. Em uma interessante simbiose homem-máquina, o sistema promete fazer com que você não perca nenhuma informação útil, ou seja, que



you do not leave out knowing the existence of any product that potentially interests you. In this process, starting from the conjecture of a possible future (the consumer “x” must like the product “y”), the system becomes capable of instilling a present reality. Despite never having heard of a certain book, I can convince myself that that recommendation is pertinent and to purchase something that I did not know until a few seconds ago. In the whole process, the recommendation system acts in a silent way, without bothering you with frequent questionnaires or invasive questions. It simply collects data and returns recommendations. Thus, it intends to feed a cycle in which interaction and consumption are confused: each activity of interaction with the system generates information that will be used in the establishment of a new prognostic, which aims to anticipate and provoke a new act of consumption. Thus, the profile can exercise continuously its predictive and performative dimension.

Conclusão

We conclude that surveillance is marked by a context of ambiguity. Two aspects deserve attention at this point. The first of them is that monitoring is always something unwanted. And the second is that, even if it is unwanted, the collection of personal data is increasingly being associated with some advantage – more tangible and immediate – than the potential dangers or evils associated with being monitored. It is a potential and undecidable danger. In the end, it is easier to talk about the book that you only found on the site of your favorite bookstore than about the abstract data collected and treated in an obscure way by some system that promises to measure and quantify your taste, even if you completely ignore its methods of operation.

Referências

ALBRECHTSLUND, Anders. Online Social Networking as Participatory Surveillance. **First Monday** [Online], v. 13, n. 3, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/2142/1949>>. Acesso em: 10 abril 2008.

ARNS, Inke (2005). Code as performative speech act. **Artnodes** [Online]. Disponível em: <<http://www.uoc.edu/artnodes/eng/arns0505.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2006. ISSN 1695-5951.



- BRUNO, Fernanda. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 8, n. 2, p. 152-9, mai./ago., 2006.
- _____. **Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital**. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Programas em Pós-graduação em Comunicação (Compós), 17, São Paulo, 2008. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_365.pdf>. Acesso em: 12 jun.2008.
- BECK, Ulrich. **Risk Society: towards a new modernity**. London: Sage Publications, 1992.
- BOGARD, William. **The simulation of surveillance: hypercontrol in telematic societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- ÇENTIMENTEL, U., FRANKLIN, M. J. and GILES, C. L. **Self-adaptive User Profiles for Large-Scale Data Delivery**. In: Proceedings of the 16th International Conference on Data Engineering (ICDE). San Diego, USA, 28 fev-3 mar. 2000. pp. 622-633.
- CRAMER, Florian (2002). **Concepts, notations, software, art** [online]. Disponível em: http://userpage.fuberlin.de/~cantsin/homepage/writings/software_art/concept_notations/concepts_notations_software_art.html. Acesso em: 23 abril 2006.
- DOUGLAS, Mary. **Risk and Blame: essays in cultural theory**. London: Routledge, 1992.
- GEOFFREY C.; STAR, Susan Leigh. **Sorting things out: classification and its consequences**. Cambridge: MIT Press, 1999.
- HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- LESSIG, Lawrence. **Code and other laws of cyberspace: version 2.0**. New York: Basic Books, 2006.
- LINDEN, Greg.; SMITH, Brent.; YORK, Jeremy. Amazon. com recommendations: item-to-item collaborative filtering. **IEEE Internet Computing** [online], v. 7. jan-fev 2003, pp. 76-80.
- LYON, David. **Surveillance as Social Sorting: Privacy, Risk and Digital Discrimination**. London: Routledge, 2002.
- _____. Globalizing Surveillance: comparative and sociological perspectives. **International Sociology**, vol. 19; n° 2, p. 135-149, jun. 2004.
- MANOVICH, Lev. **O excesso de dados e o belo**. Disponível em: <http://www.cibercultura.org.br/tikiwiki/tiki-read_article.php?articleId=18&highlight=%22manovich%22> Acesso em 18 jun. 2006.
- POSTER, Mark. **The mode of information: poststructuralism and social context**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.